



OS AGENTES PRODUTORES URBANOS EM LONDRINA – PR E O ESPAÇO PÚBLICO DO LAGO IGAPÓ: notas para uma abordagem geográfica

AGENTS PRODUCERS IN URBAN IN LONDRINA - PR AND PUBLIC SPACE OF LAGO IGAPÓ: Notes for a geographical approach

Carlos Alexandre de Bortolo

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

e-mail: <bortologeo@yahoo.com.br>

Resumo

O trabalho apresenta algumas ideias e elementos para refletir acerca da produção do espaço da cidade. *A priori* trabalhamos com a reflexão sobre a natureza do espaço. As discussões aqui apresentadas relacionam com a produção dos espaços da cidade, aquela da produção e reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço e seus principais agentes produtores. Observando também a cidade como um produto/mercadoria para compreender como se processa as inúmeras formas de valorização do solo urbano. Como exemplo da produção do espaço urbano trazemos o Lago Igapó em Londrina-PR que se apresenta como uma área de lazer e que os espaços em seu entorno se valorizaram devido as diversas formas de produção, ocupação e apropriação do espaço do Lago Igapó. Destarte, busca refletir acerca do papel desempenhado pelo Estado, sendo um dos principais agentes produtores do espaço da cidade e fundamental para a compreensão da produção do espaço público do Lago Igapó em Londrina - PR.

Palavras-chave: Produção do espaço, Agentes Produtores, Lago Igapó.

Abstract

The work presents some ideas and elements to reflect concerning the production of city spaces. *A priori* we must work with the reflection on the nature of the space. The quarrels presented here relate to the production of city spaces, that the production and reproduction of social relations in a given time and space and its main producers. Also observing the city as a product / commodity to understand how the process of valuing the many forms of urban land. And as an example of production of urban space bring Lago Igapó in Londrina-PR area and

the spaces around them are valued because of the different forms of production, occupation and ownership of the area of Lago Igapó and its adjacencies. Thus, we reflect on the role played by the State, being one of the main producers of city space and important to understanding the production of public space in the Lago Igapó in Londrina – PR.

Keywords: Production of space, Agents producers, Lago Igapó.

INTRODUÇÃO

Analisar o espaço urbano implica em entender que o processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território. Carlos (2004) diz que, “[...] ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço enquanto prática”, desta forma, os espaços são produzidos por distintas ações e interesses.

Para a autora, que se fundamenta no pensamento de Henri Lefebvre, a noção de produção deve referir-se à produção do homem, às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço.

O desenvolvimento deste estudo, orienta-se pela produção do espaço urbano de Londrina e o papel de alguns dos principais agentes de produção do entorno do Lago Igapó. Tal enfoque possibilitou realçar a dinâmica da estruturação e da produção das áreas do entorno de tal espaço público, referindo-se aqui à disposição dos diversos usos de solo naquela porção do espaço urbano.

Outrossim, buscou-se refletir acerca das principais formas e políticas de como o Estado vem atuando nos espaços da cidade e, de forma breve a cidade de Londrina e o espaço público que foi sendo produzido e alterado pela atuação maciça do Estado e de alguns agentes produtores. Tal espaço é o Lago Igapó, espaço público muito importante na configuração e organização das demais áreas da cidade que vivem ou viveram a dinâmica do processo de produção do espaço urbano.

Processo esse que vai além da simples estruturação, reforçando a ideia de ruptura, movimento, reconstrução, sobreposição, articulação e interação socioespacial nos espaços da cidade. Trata-se de uma dinâmica que se expressa por meio das práticas cotidianas presentes no espaço público do Lago Igapó.

A atuação de diversos agentes produtores do espaço urbano denota primazia pela produção de uma cidade como mercadoria (CARLOS, 2004) e funcionalista do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968).

Com isso, as cidades brasileiras na atualidade apresentam aos pesquisadores muitas questões, dentre as quais as diferentes formas e os agentes produtores da cidade e dos espaços públicos. Mas, além dessas diferentes formas de produção, o que mais representa refletir acerca desta temática é considerar tal espaço como um elemento chave na compreensão acerca da produção desse espaço e as inúmeras práticas estabelecidas no espaço da cidade pelos diferentes agentes produtores.

O espaço geográfico e a cidade

Ao longo de sua existência o homem promoveu transformações no espaço geográfico, seja por habitá-lo, explorá-lo, ou até mesmo usá-lo para satisfazer suas necessidades mais urgentes, como caçar, fazer fogo, morar, etc. Para Santos (1996), uma sociedade só se torna concreta por meio de seu espaço. A totalidade desse espaço é formada por instâncias ou estruturas (econômicas, jurídico-política e ideológica) e o espaço seria a quarta instância, colocando-se como uma estrutura subordinada e subordinante, um fator social e não apenas reflexo social.

A geografia, sendo uma ciência espacial estuda

[...] Como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1996, p. 38).

Com isso o espaço, afirma Santos (1996), é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo podíamos observar que era a natureza selvagem formada por objetos naturais que ao longo da história foram sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados,

fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p. 39).

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e ao seus habitantes (SANTOS, 1996).

Em relação à ação humana, tem-se que entender que ela tende a transformar o meio natural em meio geográfico, isto é, em meio moldado pela intervenção do homem no decorrer da história.

A Geografia possui uma árdua tarefa: relacionar os diversos acontecimentos no campo das relações homem/natureza e ao mesmo tempo se preparar pelo porvir. Os agentes são muitos e os lugares são os mais variados possíveis, contudo, há as rugosidades no espaço, como afirma Santos (1996).

Desta forma, é necessário pensar e compreender o espaço e, por conseguinte, a cidade e o urbano. Isso diz respeito ao comprometimento teórico com a teoria espacial a partir da abordagem que toma por conceito a produção do espaço, presente de forma efetiva no pensamento marxista a partir e por meio da obra de Henri Lefebvre (1976).

Sendo a Geografia uma ciência social dedicada ao estudo da sociedade (SANTOS, 2002), a análise se assenta no campo científico mais propriamente concernente a esse campo e às suas áreas parcelares dedicadas em alguma medida, ao estudo da dimensão espacial da sociedade, ainda que reconheça a preponderância da ciência geográfica nas análises atinentes ao espaço social.

Ao longo dos anos muitas têm sido as tentativas de conceituação do espaço tanto pela Geografia quanto por outras ciências afins e mesmo pela Filosofia. Uma compreensão coerente do espaço traz em seu bojo a possibilidade de desvendar as contradições inerentes ao ser e fazer sociais, já que está mais do que provada a importância que tem o espaço na reprodução da sociedade.

Em *La production de l'espace* (2000), o objetivo de Lefebvre é a busca de uma teoria espacial unitária que englobe os vários campos no âmbito dos quais o espaço tem sido tratado pelos diversos domínios científicos e pela Filosofia, sobretudo no Ocidente.

A reflexão teórica sobre o espaço, em Lefebvre (2000), parte do princípio de que aquilo que pode ser reconhecido como espaço, na verdade, sempre foi tratado a partir de

perspectivas de análise com enfoques diferentes, sem preocupação com uma possível unidade que pode ser agrupadas em três campos: um físico, relacionado, sobretudo, à dinâmica e às leis da natureza, do cosmos; um mental, referente à abstração e ao pensamento lógico formal; e um terceiro, social, ligado à organização e ao desenvolvimento das relações sociais.

Assim, no ponto de vista de Lefebvre (2000, p. 459, tradução nossa), “[...] em termos espaciais, têm-se: o espaço percebido, aquele da prática espacial; o espaço concebido, relacionado às representações do espaço; e o espaço vivido, referente aos espaços de representação”. Para o autor, essa tríade espacial jamais pode ser tomada como um modelo abstrato, distanciado da concretude da vida sob pena de perder sua força teórica.

O esforço de Lefebvre (2000) direciona-se, então, para alcançar um conhecimento propriamente do espaço, superando as análises que se focam mais sobre as coisas existentes no espaço ou as que se restringem apenas ao plano de um discurso espacial. Sem esse conhecimento, “[...] somos levados a transferir para o nível do discurso, da linguagem *per se* – isto é, o nível do espaço mental – uma larga porção dos atributos e ‘propriedades’ daquilo que é, na verdade, o espaço social” (LEFEBVRE, 1991, p. 07, tradução nossa, grifos do autor).

Esse conhecimento do espaço só pode ser alcançado por uma análise que considere as três dimensões supracitadas de forma a reconhecer que tanto o espaço percebido quanto o concebido e o vivido são, fundamentalmente, o mesmo espaço tomado em dimensões e formas de análise distintas.

Essas dimensões, no plano do cotidiano, porém, não se dissociam, mas têm igual importância para a vida em sociedade e incidem diretamente sobre ela. A teoria unitária espacial em Lefebvre (2000) consiste em compreender que o espaço é antes de tudo, social. Para a Geografia, como ciência dedicada à compreensão espacial da sociedade, implica considerar que as análises devem obrigatoriamente levar em conta a questão social que têm quaisquer fenômenos de ordem espacial.

Essa aceção não implica que as dimensões, física e mental, sejam desprivilegiadas na análise espacial, mas assevera que a dimensão social é a que engloba as demais na medida em que é nela que a vida social se revela.

Nesse sentido, a dialetização do espaço – entendido como uma mediação interativa entre as formas do ambiente construído, resultante da transformação da natureza e

também a vida social que anima essas formas – é tanto mais necessária, já que, segundo Massey (2004), o espaço está num eterno processo de devir, nunca acabado e jamais fechado ou cíclico, sendo o domínio que permite a existência da multiplicidade e a coexistência de trajetórias diversas. A abertura possibilitada pela triplicidade impede que o espaço seja visto como um sistema dentro do qual esteja previamente relacionado com outros elementos, como uma simultaneidade finalizada, cujas interconexões estejam desde sempre estabelecidas.

O espaço socialmente produzido caracteriza-se entre outros aspectos, pela diferenciação de suas formas, conteúdos, interações e as práticas espaciais. Essa diferenciação do espaço é em realidade, um reflexo e uma condição de e para as políticas públicas e empresariais, afirma Corrêa (2002).

No dizer de Santos (1996), a ciência geográfica caracteriza-se como uma ciência do espaço do homem. Conforme nos apresenta Corrêa (2002), é necessário pensar o espaço geográfico em sua multidimensionalidade, ou seja, como algo que é absoluto e relativo, “[...] descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas” (CORRÊA, 2002, p.44).

Para Santos (1996),

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1996, p.71).

Esse mesmo autor faz referência a característica do movimento inerente ao espaço e destaca que o “[...] espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (SANTOS, 1996, p.77).

Corrêa (1986) enfatiza a organização espacial como sendo o “[...] conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, sendo uma materialidade social”.

Com base no exposto acima, o espaço é uma totalidade que compreende objetos (naturais e artificiais), atores sociais, ações e conflitos que se inter-relacionam e se realizam num constante movimento. Essa totalidade, por sua vez, é constituída pela ação do homem sobre o próprio espaço por intermédio de tais objetos e se materializa por via do território.

Com isso, passa-se a compreender como as formas espaciais que são dadas num determinado momento podem conter muitas vezes os reflexos do passado ou de outras formas espaciais que se transformaram e vêm se transformando, por via de um constante movimento que se estabelece pelo intermédio das ações do homem.

Assim, o espaço é o *locus* de uma determinada organização de objetos relacionados entre si. Em vista disto, podemos dizer que ele não existe, isoladamente. Existe na medida em que contém objetos e, ao mesmo tempo é condição de existência deles como ser social e principalmente integrantes do espaço.

Uma análise de agentes produtores do espaço urbano em Londrina – PR

As inúmeras transformações ocorridas na cidade em razão de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, estética, lazer, entre outras; são temas de interesse de diversos pesquisadores, como de disciplinas que integram recortes analíticos que possibilitam o estudo da estruturação da cidade.

A urbanização contemporânea articula-se às dinâmicas do modo capitalista de produção. Por conta disso, a estruturação dos espaços urbanos e os objetos que os constituem não podem ser tomados, nem analisados, como simples objetos estruturantes da base material, tendo em vista que a produção do espaço urbano envolve os meios que caracterizam o ambiente construído, tornando-se assim, meios de consumo urbano.

Esse referencial analítico do espaço urbano no qual se fundamenta teoricamente está embasado aqui na ideia de Carlos (2004) de que a análise espacial da cidade no que se refere ao processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto, o que significa dizer que ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática (CARLOS, 2004, p. 14).

Para essa autora, fundamentada no pensamento lefebvriano, a noção de produção deve referir-se à produção do homem e às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço. “[...] É fundamental do ser humano o ato de criar, formar e produzir pelo próprio trabalho e sua atividade, sendo esta capacidade criadora de obras” (CARLOS, 2009, p. 75). Destarte, a noção de produção do

espaço traz implícita a ideia de atividade como ação transformadora da sociedade modificando a natureza e impondo uma dinâmica que é em essência, social e histórica.

O processo de produção do espaço contém como pressuposto a natureza, envolvendo um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora e transformadora. Visto isso, o solo pode ser consumido em atividades produtivas ou para a habitação. Mas pode também ser direcionado para a especulação. Para este solo ser consumido¹, ele deve ser produzido para que possa aparecer no mercado como mercadoria.

Sposito (1990) apresenta que o mercado é importante porque condiciona (pela oferta e pela demanda) as razões da apropriação dos lotes urbanos por parte de consumidores e investidores porque não existe a capacidade de cada um destes produzir individualmente o solo. A seguir o Lago Igapó e seu entorno com algumas das principais formas de produção desse espaço público.

Figura 1 - A localização do Lago Igapó e a ocupação de seu entorno



Fonte: Google Earth, 2015. Trabalho de campo, 2015. Org. BORTOLO, C. A., 2015.

¹ Neste caso o que é consumido não é o solo, mas sim a infraestrutura que é implantada e dotada no decorrer da produção do espaço urbano.

Os promotores imobiliários que atuam na cidade de Londrina - PR e especificamente nas áreas do entorno do Lago Igapó planejam, monopolizam e criam o espaço urbano na medida em que orientam o tipo de classes que ocupará uma ou outra parcela do espaço. É fato que uma das características fundamentais do processo de produção da cidade é a produção de um bem, fruto do processo social de trabalho enquanto processo de valorização.

Destarte, o espaço se apresenta como um produto social em constante processo de reprodução que se dá mediante a reprodução das relações sociais, via divisão social do trabalho (CORRÊA, 1986).

Essa organização espacial da cidade capitalista se dá pelo conjunto de diferentes usos da terra; e se tratando de um produto social, entram em cena, vários agentes que de maneira complexa e distintas vão provocando constantemente um processo de reorganização espacial.

O espaço urbano capitalista - é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato (CORRÊA, 2002, p.11).

Deste modo, Corrêa (2002) aponta como se processa a produção da cidade, como ela é produzida e quais são os agentes envolvidos nesse processo. O autor apresenta o espaço como um elemento fragmentado através de diferentes formas de usos que ao mesmo tempo deve ser empreendido de maneira articulada mantendo em cada uma das partes relações diversas umas com as outras.

Estas relações devem ser caracterizadas não apenas por formas visíveis como os meios de transporte, seus deslocamentos, mas também de modo menos visível como, por exemplo, circulações de decisões, investimentos de capital, mais-valia, salários e juros (CORRÊA, 2002).

Desta forma, observando que o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, entende que ele deve ser empreendido como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que o produzem e o consomem. Estes agentes sociais são concretos e suas ações são complexas, sendo estas derivadas da dinâmica de acumulação de

capital e das necessidades múltiplas da reprodução das relações de produção (CORRÊA, 2002).

Fresca (2002) aborda a necessidade de entender quem são os agentes sociais que produzem o espaço urbano londrinense.

Trata-se de uma compreensão em termos amplos, isto é, como referência básica acerca dos agentes e das estratégias e ações concretas por eles desempenhadas. Isto ocorre porque na realidade, os agentes sociais com práticas e ações antagônicas podem unir-se em prol de objetos comuns que atendem seus interesses, bem como se pode encontrar na realidade (FRESCA, 2002, p. 249).

A sociedade urbana se anuncia e se projeta na vida recriando-a, compondo não só uma totalidade mais ampla, mas como aponta Henri Lefebvre (1999, p.16), transformando-se também em objeto.

O processo de reprodução espacial na cidade se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço (BORTOLO, 2010, p.127).

O modo de produção capitalista se reproduz superando barreiras ao seu desenvolvimento, resolvendo impasses; e nesse processo, o Estado aparece como instituição capaz de criar mecanismos que permitam resolver as contradições à realização da acumulação.

Destarte, em seu contínuo processo de reprodução, o capital se depara com contradições que emergem da produção do espaço associada aos obstáculos criados pela existência da propriedade privada do solo urbano, na medida em que aparece como barreira à concretização da reprodução ampliada. Assim, os promotores imobiliários ganham importância, pois em ação junto ao Estado, criam concretamente formas capazes de permitir a continuidade do processo, de consumo e produção do espaço urbano.

O que ocorre é que a terra (solo) torna-se mercadoria no espaço da cidade; nessa condição, ele é fragmentado e comercializado em lotes no mercado. É aí que a condição de propriedade privada de parcelas significativas da cidade entra em conflito com as

necessidades da reprodução do capital, em especial nas áreas centrais da cidade. Nesse caso, o Estado intervém de modo a liberar as áreas necessárias ao crescimento e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em propriedade de interesse público.

Assim, o choque produzido por estratégias diferenciadas no espaço entre o Estado e os promotores imobiliários, é atenuado em função de um acordo momentâneo e localizado entre dois segmentos diferenciados e com interesses divergentes da sociedade. O Estado intervém no sentido de eliminar as barreiras ao desenvolvimento continuado do capital, mas não exclui as contradições do processo de reprodução espacial: homogênea como imposição de sua ação e fragmentada pelas estratégias imobiliárias.

A gestão política impõe ao espaço uma racionalidade que se quer homogênea e que por meio de grandes investimentos muda superfícies imensas. O capital produz o espaço como condição (e produto) de sua reprodução, o Estado intervém por mecanismos de gestão que criam o espaço como meio de dominação e o setor financeiro utiliza-se da produção do espaço como investimento para possíveis áreas de especulação imobiliária.

Conflituosamente há os interesses do cidadão que vêem a cidade como condição da reprodução da vida. Nesse sentido, os interesses em jogo entram em conflito no plano da prática socioespacial apontando o choque entre o espaço, que é produzido como valor de troca e o produzido como valor de uso, entre a dominação da troca e os modos de apropriação pelo uso. Desse modo, o espaço se reproduz como condição/produto da reprodução do capital e ao mesmo tempo como instrumento político vinculado ao Estado (CARLOS, 2001).

Assim, o movimento de transformação das cidades em mercadoria, em produtos para o mercado, situa-se na esfera estrutural do mercado imobiliário através de instrumentos das políticas público-privadas de promoção e venda das cidades.

A emergência da cidade-mercadoria sinaliza um novo patamar no processo de mercantilização do espaço, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, do processo de internacionalização do capital na contemporaneidade. Tais processos estão imbricados nos processos históricos de acumulação do capital no urbano (CARLOS, 2001).

Um espaço próprio à fase atual do capitalismo vem sendo produzido, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por relações de produção capitalista, com a

adaptação técnica do território, a renovação de infraestruturas de mobilidade e a construção de espaços e equipamentos seletivos voltados aos negócios, ao consumo e à habitação.

No entanto, observamos nas atuais circunstâncias que a atuação dos diversos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2002) denota a produção de uma cidade como mercadoria (CARLOS, 2001) e funcional do ponto de vista socioeconômico, processo consequentemente contraditório no que tange à realização do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991).

Observa-se em curso a predominância da cidade como condição de reprodução do capital e dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana (CARLOS, 2004). Em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, presencia uma relação desigual e combinada de contraposição entre o público e privado na cidade. Entre interesses sociais de cunho coletivo e interesses econômicos de natureza individual e privada, prevalece o último.

Vários são os responsáveis pela evolução da estrutura urbana no tempo, analisá-los de forma detalhada seria tarefa por demais complexa e por esta razão, e sem descuidar da ação exercida por outros agentes modeladores do espaço, busca neste estudo dar maior atenção ao papel desempenhado pelo Estado, sendo este um dos agentes mais importantes e complexos de se entender quando se trata da produção da cidade e do urbano.

O estado e o seu papel na produção da cidade

O Estado não tem uma participação neutra no contexto urbano, como pretende os modelos neoclássico-liberais. Embora ele também não deva ser concebido apenas como mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, não há dúvida de que no cenário capitalista ele expressa o seu interesse. Daí a ação pública pode contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes da sociedade (CORRÊA, 2002).

Apesar de se constituir em agente distinto do capital, o papel do Estado no campo econômico tem sido o de garantir condições à reprodução do capital, fazendo concessões apenas quando estas se evidenciam necessárias, ou seja, para assegurar as condições mínimas

de reprodução da força de trabalho ou quando as pressões dos “de baixo” se tornam irresistíveis.

Para Razente (1984, p.30) em alguns casos,

O Estado produz os bens e transfere ao capital privado a exploração dos serviços, o fato é que o Estado passa a ter no estágio monopolista, o controle da massa de capital alocada nas condições gerais da produção. O Estado irá intervir como produtor de mercadoria, consumidor, normatizador das relações de capital-trabalho, mantenedor de “ordem-social”.

Deste modo, o papel do Estado na atuação de produção dos espaços da cidade deve ser encarado em diversos momentos e situações. O Estado intervém de inúmeras maneiras, mas, sobretudo seguindo cinco principais vetores:

O Estado e a Força de trabalho- Ele participa na reprodução de força de trabalho seguindo dois eixos principais: primeiro deles, dá-se no sentido de capacitar a força de trabalho, e com isso, reduzindo a participação do capitalista empregador. No segundo, visa promover uma série de condições necessárias à reprodução da força de trabalho e com isto diminuindo os custos de reprodução da mesma. São valores de uso nos quais o Estado vincula sua participação principalmente nas áreas de saúde, transporte, habitação e segurança social, que autores como Lojkin e Castells colocam como “bens coletivos”.

O Estado Produtor- O Estado assume a produção de valores de troca, naquelas mercadorias que exigem o investimento de grandes capitais e onde a maturação dos investimentos é longa. Evita, assim, que estes setores entrem na determinação geral do lucro. De outra maneira, assume a produção de mercadorias nos setores considerados de “segurança nacional”, ou nas áreas consideradas vitais para o bom desempenho da economia, face à possibilidade de escassez de recursos.

O Estado Regulador- O Estado regulador pode tomar várias formas. Pode ser visto como regulador da força de trabalho, na medida em que institui um conjunto de normas que dizem respeito ao controle ou a reprodução da força de trabalho. Podem ser visualizados nas leis trabalhistas, no controle e instituição do piso salarial, na criação de fundos públicos, ou, até mesmo como regulador da “ordem social”

O Estado Empregador- em momentos de crise conjuntural, o sistema econômico, o Estado pode praticar políticas visando a manutenção dos níveis de emprego.

O Estado Planejador- servindo de atributo no estágio do capitalismo monopolista, atribuindo o Estado a propriedade de planejar a economia e o espaço através de um conjunto de normas ou mesmo de plenos gerais de desenvolvimento proporcionados para todo o espaço nacional (RAZENTE, 1984. p. 31).

Com isso, o Estado se apresenta como gestor, produtor, regulador, empreendedor e planejador nos diferentes momentos de sua atuação produzindo o espaço. Com essas rápidas transformações provocadas pela globalização econômica permite-se questionar como será a geografia resultante do processo de reorganização do capital, da revolução tecnológica em curso e de rearranjos na gestão pública.

Em um de seus trabalhos Abreu (2006), discute o papel do Estado para a evolução da estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro e de sua organização atual. O autor aborda que na visão do Estado, a ação decorreria única e exclusivamente da necessidade de coordenar decisões individuais socialmente “ótimas”, tanto do ponto de vista da eficiência como da equidade social. Desta forma, o Estado seria assim o grande mediador dos conflitos existentes no espaço e sua função principal seria resolvê-los de tal forma que a sociedade como um todo não fosse prejudicada (ABREU, 2006).

Corrêa (2002) ao discutir a ação do Estado como agente produtor do espaço urbano destaca a complexidade e a variedade de possibilidades de sua atuação na organização da cidade, na medida em que tal agente social desempenha inúmeros papéis. O Estado pode ser um grande industrial, quando ele implanta uma indústria estatal; ele pode ser também um promotor fundiário, já que o Estado apresenta em seu controle as terras públicas; pode ser também um promotor imobiliário na medida em que ele proporciona habitações via órgãos como a Cohab, e também devido ser um ofertador de infraestrutura básica, responsável pela regulamentação e uso do solo é tido como alvo dos movimentos sociais que reivindicam serviços públicos.

O Estado desempenha predominantemente as atividades do tipo produtivo, isso significa dizer que o mesmo assume diretamente a tarefa da promoção imobiliária, por meio das agências públicas e em associação com sociedades habitacionais sem fins lucrativos e cooperativas habitacionais.

Na produção do espaço urbano e na circulação da mercadoria “moradia”, estão envolvidos vários agentes, como o proprietário fundiário, o capital construtor, o incorporador, os agentes financeiros, os investidores finais, enfim, cada qual envolvido em circuitos específicos de valorização.

Conforme demonstra Ribeiro (2003), o capital incorporador acabou por se constituir no principal agente que comandou os processos de estruturação urbana no Brasil no final da segunda metade do século XX à medida que encabeça a condução desse processo ao impor novos padrões de produção de moradia – e de circulação – cuja marca maior é o processo de verticalização, subordinando outros agentes econômicos – sejam os proprietários fundiários, sejam as empresas de construção – à sua lógica de atuação.

O ramo da incorporação imobiliária é o elemento central nos processos que envolvem a produção e a circulação, uma vez que comanda as decisões que permitem a transformação do capital-dinheiro em mercadoria-moradia, que após circular, converte-se novamente em capital-dinheiro. Nos processos que envolvem a geração da renda fundiária urbana, as condições de valorização dos capitais via uso do solo urbano, ocorrem de forma particular, segundo o ramo de atividade. Assim, para o capital industrial, comercial e financeiro, a terra urbana tem por papel oferecer o acesso aos chamados efeitos úteis de aglomeração como meio de viabilizar a geração dos sobrelucros. De fato, o espaço urbano é a materialização do sistema capitalista, onde a sua produção assim como a sua transformação, resulta da circulação do capital no seu ciclo de reprodução.

Tal fenômeno de produção é visível no espaço do entorno do Lago Igapó na cidade de Londrina, haja vista a valorização que tal área apresenta após a atuação de várias incorporadoras e incentivos privados para a produção de moradias para classes de alto poder aquisitivo. Esse processo ocorre a partir dos anos de 1980 devido a infraestrutura oferecida às áreas adjacentes do Lago Igapó como também na venda publicitária de que as incorporadoras e as construtoras realizam não apenas o lote e seu empreendimento mas sim, as mesmas apresentam um “novo estilo de vida”.

Para os capitais vinculados ao ramo imobiliário, a localização é mais decisiva como fator de definição dos preços do que ao nível da definição dos custos de produção. A perseguição dos atributos locacionais assume grande importância à medida que exerce significativa influência como fator de diferenciação do valor de uso das mercadorias produzidas.

Corrêa (1986) aborda a questão das amenidades urbanas para falar sobre a valorização de determinados espaços sobre ser beneficiado devido em função de algum elemento natural ou construído pelo homem. A localização neste caso, deve ser considerada como um elemento importante na valorização de tais lotes. Este processo também é evidente nas áreas do Lago Igapó, pois morar próximo a tal amenidade passa, a partir de tais melhorias criadas, ser um prestígio e acessível a poucos, pois tal amenidade gera uma valorização para o local, ocasionando um maior preço do solo urbano nesta área da cidade de Londrina- PR.

Rangel (2005) fala na questão da produção imobiliária para fins da construção, intervindo no mercado para compor a demanda total, uma demanda especulativa que em última instância é que o que determina o comportamento do preço da terra.

Tecendo considerações críticas a respeito dos pressupostos da economia neoclássica, segundo os quais o acesso à terra urbana ocorre fundamentalmente pela via do mercado – definidor dos preços – através dos mecanismos clássicos da lei da oferta e da procura, Ribeiro (2003) sustenta que, por não estar submetido à lei do valor, o preço da terra urbana não decorreria de sua oferta, mas sim da demanda representada por agentes econômicos que têm nesse bem não-produzido o suporte e a condição de realização do capital.

Ainda que não se constitua em um bem produzido, portanto, não submetido a lei do valor, a terra urbana adquire um preço. De acordo com Ribeiro (2003) à medida que não é um bem produzido, o preço da terra urbana não pode ser regulado pela lei da oferta, já que não há lei que regule sua oferta. Nesse sentido, o preço que a terra urbana adquire decorre da procura ou da demanda capitalista por solo. É justamente a demanda variada por solo, como forma de valorização do capital, que determina uma hierarquia de preços fundiários.

“[...] Há muito que a terra se tornou, no Brasil, uma mercadoria de curso franco” disse Rangel (2005). Sem remanescências feudais que, como antes o faziam, dificultavam sua distribuição e redistribuição. Um exemplo apresentado por Rangel (2005) acerca do preço do solo urbano é o de Ipanema no Rio de Janeiro, que tem o metro quadrado de solo urbano mais caro do mundo.

Em outros termos, a questão da terra no Brasil e no presente de seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma questão financeira. Por outras palavras, Rangel (2005) afirma que a terra não se redistribui ou subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é cara não apenas por motivos convencionais – capitalização da renda diferencial I, da renda diferencial II e da renda absoluta – mais sim pelo que o autor propôs de quarta renda, isto é, a de expectativa de valorização (RANGEL, 2005, p.146).

Esta é uma renda peculiar afirma Rangel (2005), que os clássicos não estudaram e que se aplica inclusive à terra que não é utilizada, porque também ela se valoriza. Mais ainda, ela faz do título imobiliário um ativo imobiliário, como as ações e as obrigações e objetivamente para a capitalização da terra pela via da compra e venda como exige o direito.

Sendo assim, a formação dos preços da terra – bem como sua influência sobre a configuração e a ocupação do espaço da cidade de Londrina – resulta da disputa dos agentes econômicos pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros relacionados aos atributos locacionais do espaço urbano.

A semelhança da renda fundiária diferencial obtida pelos proprietários em virtude das características físicas ou naturais dos terrenos agrícolas, o solo urbano apresenta também “qualidades” distintas como função de sua localização. Nesse sentido, a disputa dos agentes econômicos pelo fator localização, relaciona-se com as possibilidades de apropriação de sobrelucros, o que confere condições monopolistas a determinadas áreas da cidade que, por consequência, interferem na definição dos preços da terra.

Em linha semelhante de raciocínio, Harvey (1980) afirma que os agentes capitalistas atuantes no espaço urbano dispõem-se a pagar um preço maior (ágio) pelo terreno em função de suas condições excepcionais de acessibilidade. Trata-se de um caso indireto de renda monopolista, uma vez que o que está em questão não é a comercialização da terra propriamente dita, “[...] mas a mercadoria ou o serviço produzido por meio de seu uso” (HARVEY, 1980, p. 222).

A origem da renda auferida pelos agentes econômicos relaciona-se ao acesso diferencial que a localização dos terrenos urbanos propicia, permitindo acionar o uso dos chamados valores de uso complexos representados pela cidade, em grande parte produzida pelo Estado.

Trata-se, portanto, de uma disputa dos agentes capitalistas pelos terrenos localizados em áreas dotadas de maior quantidade de trabalho incorporado, que se materializa, por exemplo, nas obras de infraestrutura. A decisão de localizar determinado empreendimento implica em “internalizar” os efeitos úteis de aglomeração, objetivo dos agentes econômicos.

As áreas do Lago Igapó e seu entorno vem sendo produzido devido a tal dinâmica do processo do modo de produção capitalista no ramo da produção de incorporação imobiliária. Situado em localização privilegiada e com incentivos e investimentos em infraestrutura e manutenção do Estado, as incorporadoras aproveitam para vender tais espaços como únicos dotados de benfeitorias e elementos que proporcionem ao morador e usuário de tal espaço uma melhor qualidade de vida.

Veja na figura a seguir uma das principais formas de produção e comercialização do entorno do Lago Igapó em Londrina – PR propiciado por incorporadores privados juntamente com elementos de ajuda do estado.

Figura 2 - Marketing utilizado pelas construtoras em relação aos seus empreendimentos, Lago Igapó e a Gleba Palhano



Fonte: www.artenge.com.br, (2015).

Ao refletir sobre um espaço público, observa-se na afirmação de Serpa (2007) que no mundo contemporâneo, o Estado busca funcionar como uma gigantesca administração caseira, ou seja, planejam as obras executam a seu “bel” prazer com a ajuda de amigos, parceiros, etc. O “lar coletivo” que o autor apresenta vai ganhando significado e sentido através da concepção de coletividades políticas. O domínio público destes espaços que são criados deixam de ter uma conotação política que *a priori* de sua construção detinha tal significação, para *a posteriori* assumir uma outra significação, sendo esta cada vez mais “social”, espaços de interação, de usos públicos, e até mesmo de dominação e valorização imobiliária. Começando a serem pensadas como áreas que se apresentem com possibilidades de interação social.

Algumas relações podem inviabilizar muitas vezes a produção, a implantação e a apropriação social de um espaço público no contexto da cidade contemporânea. O conceito criado por Lefebvre de apropriação e produção esclarece a propriedade, o limite, como item de não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. Tal apropriação busca inserir a

discussão do afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que nada mais é que o espaço vivido no cotidiano das cidades.

Destarte, para entender e refletir a produção de um espaço público, no caso aqui abordado, o Lago Igapó em Londrina - PR e seu entorno deve-se compreender as inúmeras formas de produção do espaço urbano da cidade capitalista contemporânea e assim, conjectura-se acerca desses principais agentes que produzem e reproduzem estes espaços. Com isso, pensar no Lago Igapó é pensar em um espaço de interação, das possibilidades, etc. Visualiza-se a Tabela 1 com os principais loteamentos implantados no entorno do Lago Igapó a partir de sua valorização.

Tabela 1 - Principais loteamentos implantados no entorno do Lago Igapó no decorrer de sua valorização

Loteamento	Ano	Loteamento	Ano
Parque Guanabara	1947	Jardim Petrópolis	1977
Jardim Claudia	1963	Versalhes I	1978
Santa Rosa* ²	1964	Versalhes II	1978
Arco Íris	1979	Versalhes III*	1978
Colina Verde	1974	Versalhes IV*	1978
Bela suíça	1974	Universidade*	1978
Recanto Colonial	1974	Jardim do Lago	1979
Colonial I	1974	Vale do sol	1979
Tucano I	1974	Mediterrâneo	1979
Village I	1975	Tucano II	1979
Oscavo Santos	1975	Jerumenha	1979
Village II	1976	Vale do sol	1988
Itatiaia	1976	Residencial do Lago*	1989
Adriana	1976		
Arpoador	1976		

² Todos os loteamentos que estiverem com o (*) não foram aceitos pela PML na data de sua implantação.

Continuação da tabela			
Jardim Presidente	1977		
·Itamarati ³	2000		
·Coimbra	2005		
·Kenedy	2007		
·Maringá	2010		

Fonte de dados: Cunha, 1991. Org. Bortolo, (2015).

Portanto, o espaço público analisado, é sim em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, produzido, alterado, mantido na intenção de alguns agentes perante a relação desigual e combinada da contraposição entre o público e privado. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou simplesmente viver as diferentes relações socioespaciais cotidianas que acontecem no espaço público produzido do Lago Igapó e seu entorno na cidade de Londrina - PR.

A dinâmica da produção do espaço urbano no Brasil e principalmente na cidade de Londrina e no entorno do Lago Igapó realimenta um permanente processo de exclusão e segregação e, de forma secundária, de exploração da força de trabalho – como no tempo destinado à produção da própria casa, o que reforça a convicção do papel que deve ser exercido pelo Estado no sentido da ampliação das oportunidades de acesso aos benefícios urbanos e a promoção da justiça social.

À guisa de conclusão

Neste estudo, buscou-se aclarar algumas ideias acerca da produção do espaço urbano e da cidade. Realizou-se um processo de reflexão no que tange o desdobramento de estudos sobre a natureza do espaço. Tal elemento de discussão trouxe importantes elucubrações sobre como compreender a dinâmica da produção do espaço.

Destarte, observa-se que estes espaços devem ser considerados como um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

³ Os loteamentos que estão pontuados são implantados em seguida no Jardim Presidente.

Ao observar também a cidade como um produto/mercadoria apresentado por (CARLOS, 2004) pode-se elucidar sobre a compreensão de como se processa algumas formas de valorização do solo urbano pelas políticas de incentivo e a dotação de infraestrutura para a valorização de determinadas áreas e a busca da obtenção do sobrelucro sobre os efeitos úteis de aglomeração nos espaços urbanos.

E com isso, vem-se apresentar de forma breve no decorrer do estudo, a cidade de Londrina e o Lago Igapó que se apresenta com seu entorno valorizado devido as diversas formas de produção, ocupação e apropriação do espaço do Lago Igapó e suas adjacências.

Outrossim, buscou refletir acerca do papel desempenhado pelos Estado, sendo este um dos principais agentes produtores do espaço da cidade e fundamental para a compreensão da produção do espaço público do Lago Igapó em Londrina-PR. Tal papel designado a este agente produtor complexo e não neutro, esteve presente em todos os momentos de valorização e o mesmo, deve ser considerado grande responsável por esta valorização, devido a manutenção, incentivo e dotação de infraestrutura para melhor requalificação dos espaços do entorno do Lago Igapó, mesmo que este processo de produção do espaço urbano da cidade de Londrina e das áreas do lago ocasionassem a exclusão social e a não produção do direito a cidade e da justiça social para todos como fora pensada nos dias atuais.

Desta forma, o espaço urbano, é sim em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, presença de uma relação desigual e combinada de contraposição entre o público e privado. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou simplesmente viver.

Assim, de maneira alguma, buscou-se com este trabalho esclarecer sobre todos os diferentes agentes produtores urbanos evidenciados na atual conjuntura da cidade capitalista. Pretende-se com esta abordagem geográfica, levantar novas questões que ficam abertas no decorrer dos estudos sobre as quais apontam apenas alguns indícios para serem levantadas novas e futuras investigações no cenário geográfico atual.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Ed Instituto Pereira Passos, 2006.

CARLOS, A.F.A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 1988, [2001].

_____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007 [2004]. p.123.

_____. Da “geografia abstrata” à “geografia concreta”. In. _____ *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geografia*. Ademadan. 2009. P. 73-90.

CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia, Londrina*, v. 10, n.1, p. 27-34, 2001-2002.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. *Espaço y política: el derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976. p.159.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. p.454.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p.178.

_____. *LA production de l'espace*. 4.ed.Paris: Anthropos, 2000. p.487.

MASSEY, D. B. *Espaço, lugar e de gênero*. Minneapolis:University of Minnesota Press (2004).

RANGEL, I. *Obras reunidas 1914-1994*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RAZENTE, N. *A ocupação urbana de Londrina*. (Mestrado) Desenvolvimento urbano, UFPE, 1984.

_____. O lago e suas áreas de lazer. *Folha de Londrina*, 16 dez. 1984. p. 7.

RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. Plano diretor de gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas de desafios do estatuto da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

BORTOLO, C. A.

Os agentes produtores urbanos em Londrina – PR e o espaço público do Lago Igapó: notas para uma abordagem geográfica

SPOSITO, E.S. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, [2002].

Autor

Carlos Alexandre de Bortolo – Possui Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente é professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Artigo recebido em: 14 de abril de 2016

Artigo aceito em: 20 de maio de 2016